

Entrevista com Maria Nazaré Mota de Lima

Interview with Maria Nazaré Mota de Lima

Ana Lúcia Silva Souza  

analusilvasouza@uol.com.br

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Kassandra da Silva Muniz  

kassymuniz@gmail.com.br

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRP

Resumo

A entrevista com a professora Maria Nazaré Mota de Lima aborda relações fundamentais em torno da complexa temática entre linguagem e racismo e transformação social, discussão que precisa ganhar densidade na área de linguística aplicada. As narrativas que compartilha conosco revelam sua trajetória marcada por afetos, ativismos e experiências coletivas realizadas em diferentes contextos de políticas públicas, com ênfase nas ações afirmativas no Brasil. Ao tratar de seu compromisso com a educação, tanto dentro quanto fora dos espaços formais, evidencia que, pensar os usos da linguagem em meio a identidades em construção mostra-se essencial para que outras perspectivas teóricas e metodológicas ganhem força e influenciem práticas educacionais nas quais o horizonte político e ético seja contribuir para que a vida com dignidade seja um direito para todas as pessoas.

Palavras-chave

Linguagem. Educação. Relações Raciais.

Abstract

The interview with Professor Maria Nazaré Mota de Lima addresses fundamental relationships surrounding the complex theme of language, racism, and social transformation—an issue that needs greater depth in the field of applied linguistics. The narratives she shares reveal a trajectory marked by emotions, activism, and collective experiences in various public policy contexts, with an emphasis on affirmative action in Brazil. Discussing her commitment to education, both within and beyond formal spaces, she highlights that examining language use amid evolving identities is essential for strengthening new theoretical and methodological perspectives. These perspectives, in turn, can influence educational practices where the political and ethical goal is to ensure that a dignified life is a right for all.

Palavras-chave

Language. Education. Racial Relations.

Sobre a entrevistada


Maria Nazaré Mota de Lima - Graduada em Letras

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 12/08/2024

Aprovação do trabalho: 15/11/2024

Publicação do trabalho: 20/03/2025

 10.46230/lef.v16i4.15202

COMO CITAR

SOUZA, Ana Lúcia Silva; MUNIZ, Kassandra da Silva. Entrevista com Maria Nazaré Mota de Lima. **Revista Linguagem em Foco**, v.16, n.2, 2024. p. 238-250. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagem-memfoco/article/view/15202>.

Distribuído sob



Verificado com

Plagius
Detector de Plágio

Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (1976), mestrado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (1996), doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (2007) e pós-doutorado em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais. É professora aposentada da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, com atuação no Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural - PÓS-CRÍTICA – UNEB. Educadora pesquisadora é dirigente e co-laboradora do ICEAFRO¹ organização não governamental comprometida com a Educação para a Igualdade Racial e de Gênero. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, voltada para os seguintes temas: formação de professores/as, identidade étnico-racial e de gênero, literatura e letramentos.

Revista Linguagem em Foco (L&F) – Professora Nazaré, obrigada por aceitar nosso convite para esta interlocução que envolve pensar aspectos importantes para a área de linguagens, relações raciais e educação. Bem, vamos lá. Com foco nos estudos sobre letramentos numa perspectiva social e histórica afirma-se que aprendemos muito na escola, mas também, e sobretudo, em meio a nosso núcleo familiar. Então nos conte um pouco de que maneira sua família contribuiu para sua educação?

Maria Nazaré Mota de Lima (MNML) – Minha educação tem berço rural, que hoje a gente chama de campo, de roça. Minha família era da roça e migrou para uma cidade do interior da Bahia, do Recôncavo baiano, e tudo isso me constitui como pessoa negra. Esse ser negra que a gente experimenta na família, a educação que nossos pais, nossas mães nos passam, nossos outros familiares, são valores africanos, são valores da ética africana, onde você aprende a respeitar o outro, a ser obediente, a escutar os mais velhos, aprende a ser honesto, a não mentir, não trair... São valores introjetados que eu acho que minha mãe sequer tinha; ela própria reproduzia o que aprendeu com seus mais velhos, mas a gente já na família, antes da escola, nega, briga muito com esses valores africanos que estão aí na sociedade, e fazem parte de nós.

Nós temos essa vivência com a ética africana e isso a gente adquiriu em família, uma família que também nos protege do racismo vigente na sociedade. Nos recomenda para não se amostrar, para não se apresentar nos espaços públicos. Eu fui criada assim, então tinha vergonha, tinha timidez, não achava que era para mim estar em nenhum espaço de protagonismo, sempre na retaguarda,

1 Para saber mais sobre o ICEAFRO, acesse o site <https://prosas.com.br/empreendedores/15571-instituto-ceafro-iceafro>.

sempre na fila de trás, sempre atrás, nada de ficar à frente, de tomar a frente. E lá nesse lugar de trás, Luísa Bairos, uma grande intelectual negra, já nos dizia: é que você vê o mundo e constrói o mundo, essa é a educação familiar. Ela foi a base, a educação tem essa base africana, mas ela também recebe reflexos do racismo vigente na sociedade. A família tenta nos proteger e nos educa para ocupar o “lugar de negro”, que é um não-lugar, eu também passei por isso. Depois que se entra na escola, sofrem-se muitos impactos do racismo também, mas depois eu viro educadora. E como educadora eu tento reverter essa situação em relação a outras crianças e jovens como eu fui.

Nessa educação, eu fui aprendendo, sutilmente, a me autonegar, como falei, me autorrejeitar, mas também, obedientemente, ouvindo os conselhos de minha mãe, fui me moldando, me protegendo, tentando driblar o racismo. Aprendi a não me amostrar, não protagonizar, ficar num lugar de negro/a. Ocupar esse lugar para não se expor, para não se “estrepas”, como se diz. Com o passar do tempo, outras ideias e posturas foram sendo importantes em minha vida, valores a gente vai agregando outros elementos de maior valorização social e cultural, maior visibilização, autonomia, aspectos que adquirimos com o passar do tempo. Mas a base já está formada, ali na família, é uma base de educação africana, de família negra. O que precisa ser alterado com o passar do tempo é justamente entender esse racismo, essa discriminação, a segregação que nós negros sofremos no solo brasileiro. Entender melhor isso e passar a atuar no sentido de mudar esse estado de coisas, não só individualmente, não só para minha família, mas fazendo isso reverberar em outras pessoas, outras crianças, outros jovens... Isso é importante demais.

L&F – Pode nos contar um pouco sobre sua trajetória como educadora, em especial como uma mulher negra, uma intelectual acadêmica?

MNML – Minha trajetória como mulher negra passa por escolhas, as quais são sempre vinculadas à nossa condição de gênero-raça-classe, dentre outras. De modo direto ou não, nosso pertencimento direciona o que a gente escolhe fazer na vida. Na hora do ensino superior, optamos por áreas que gostamos, com as quais nos identificamos, temos proximidade, e isso se relaciona com quem somos, como nos vemos, como somos representados no nosso meio social.

Ao fazer uma análise de conjuntura, mais nos tempos antes, hoje menos, a pessoa se dá conta de que vai ter que escolher um curso de baixo prestígio e eu escolhi o curso de letras vernáculas – era praticamente o que tinha na minha

época. Pensei: quero passar e então procurei um curso viável para ingressar, permanecer e possibilitar alguma empregabilidade, durante e após a conclusão.

Onde é possível encontrar as condições dignas de entrada, participação no processo e saída? A área de humanas proporciona isso, sobretudo artes, letras. Escolhi o último, o curso de Letras. A notícia boa é que lá encontrei com outras pessoas negras, que também optaram pelo curso, consciente ou inconscientemente, a partir de expectativas similares. Tiveram a mesma ideia: escolher algo que gostamos de fazer e que achamos que podemos fazer. Veja, atualmente já podemos pensar nas ações afirmativas, com a política de cotas raciais, mas se ainda hoje não é nada fácil...

Nesta licenciatura, me encontrei com outras pessoas negras (homens e mulheres negras). Tive naquele espaço uma vivência que eu diria que era de suspensão da questão racial. Nós estávamos em casa, entre nós, nos sentindo em casa. Foi possível prosseguir, fazendo muitas coisas: atuando politicamente, estudando, sobressaindo nos estudos, tínhamos um grupo, amigos, namorados/as, passeios, entretenimento e lazer, fazendo festa. Foi um período muito bom. Essa atuação política eu fazia no campo da esquerda; só depois é que entrei em contato e assumi ser parte do Movimento Negro.

Havia pessoas brancas como colegas, mas elas não tinham esse protagonismo entre nós. As meninas brancas que estavam no curso de letras, nos parecia, não gostavam tanto de estudar, não pareciam se agarrar ao curso, como nós, como uma tábua de salvação. Muitas delas tinham que ter o nível superior, a família obrigava, para ter credencial para encontrar um marido com poder aquisitivo melhor, universitário, um médico ou engenheiro. Elas estavam ali cumprindo uma agenda que era diferente da nossa. Daí, nós pudemos experimentar um lugar não de inferiorização muito acentuada, e isso nos encorajou para uma atuação política na época, no campo da esquerda, e que, depois, toda essa experiência acabou sendo importante ao entrar no movimento negro. Enfim, eu acho que foi um período bom em que a gente – negros e negras, pessoas LGBTQIA+ – participou e aprendeu muito sobre a vida.

L&F - Desde quando o movimento negro entra na sua vida? Conte um pouco sobre sua atuação. E também conte um pouco sobre o Programa Conexões de Saberes - Diálogos entre a Universidade e as Comunidades Populares e a relação com o trabalho do ICEAFRO?

MNML – O Movimento Negro foi entrando na minha vida paulatinamente; de um modo contundente, mas muito pausado também, foi atravessando aos poucos, de forma transversal, não foi uma decisão, nem de forma direta. Eu tinha pessoas amigas e membros do Movimento Negro, algumas me convidavam para entrar, fazer parte. Eu sempre estava ressabiada, porque tinha vivido uma situação de militância no movimento de esquerda que me deixou muitas feridas, cicatrizes e muitas marcas, por isso eu não queria me engajar numa outra militância.

Eu queria atuar. Levei toda a minha vida sendo negra acreditando na luta e, ao mesmo tempo, negando ser do movimento. Então eu começo, sorratamente, a me envolver em ações de movimento negro por educação. Já havia dado aulas para indígenas Kiriri, trabalhando com Redação e Gramática na Cooperativa Steve Biko, de pré-vestibular para negros, hoje Instituto Steve Biko aqui em Salvador e, em seguida, fui convidada para fazer a coordenação pedagógica do CEAfro (uma organização que, por mais de 20 anos, funcionou na Universidade Federal da Bahia - UFBA, no CEAO - Centro de Estudos Afro-Orientais), com o compromisso institucional voltado para a educação visando alcançar a igualdade racial e de gênero. Para mim foi um desafio constante pela grandiosidade do que era feito por nós, em relação à formação de quadros para lutar contra o racismo em diferentes setores da sociedade.

O CEAfro, hoje ICEAFRO, fundado há trinta anos, teve o propósito de formar jovens negros/as vinculados a blocos afros, grupos de capoeira, terreiros de candomblé, preparando-os para o mundo do trabalho e para lidar com o racismo e sexismo nesse e em outros setores. A partir dos conteúdos e metodologias utilizados no que chamamos Formação para Cidadania, foram sistematizados etnométodos e epistemologias de formação que, ao longo do tempo, têm sido adaptados para diferentes grupos, como professores/as, gestores/as, servidores/as e usuários/as do serviço público, coordenadores/as e técnicos/as de órgãos diversos, pesquisadores/as em nível de mestrado e doutorado, artistas, empreendedores/as e agentes de cultura, de modo que o ICEAFRO continue o papel importante na pauta a que se dedica, enchendo-me de orgulho, por ter coordenado sua concepção técnico-pedagógica com tanto reconhecimento dentro e fora da universidade.

Essa concepção inspira e tem continuidade em outros programas de formação, dentre os quais se encontra - o Conexões de Saberes - Diálogos entre a Universidade e as Comunidades Populares. Ele reverbera o trabalho do ICEAFRO, dá continuidade à formação de jovens de todos os cursos da UFBA que entraram

por cotas e que estavam nesse programa de permanência no ensino superior, um programa nacional e que a Bahia, por meio de sua coordenação, onde atuam as professoras Florentina Souza, América Lúcia César, Ana Lúcia Silva Souza e o professor Henrique Freitas.

O Conexões confiou em nós, incorporou coordenadoras para acompanhamento pedagógico oriundas do ICEAFRO, e assim tive a oportunidade de atuar como coordenadora de educação, cuidando da formação de estudantes, da preparação para atuar junto a escolas das comunidades de onde provinham, fazendo ecoar a formação étnico-racial que receberam, junto a egressos ou estudantes do ensino médio, para que se encorajassem a ingressar no ensino superior de um modo qualificado, étnico-racialmente empoderados.

Esse trabalho, que durou de 2005 a 2012, foi muito bonito e teve uma repercussão muito boa. Até hoje, somos reconhecidas por ter oportunizado essa mudança de trajetória desses jovens que não teriam essa determinação para continuar, para fazer a pós-graduação, para militar contra o racismo não fosse o Conexões de Saberes e o nosso trabalho como educadoras negras do CEAFFRO. Eu sou uma delas.

L&F - O trabalho no CEAFFRO rendeu muitos trabalhos. Um deles foi o livro *Escola Plural: a diversidade está na sala de aula - formação de professoras em história e cultura afro-brasileira e africana*, publicado pela editora Cortez em 2005, e que atualmente está em sua terceira edição.

MNML- O livro *Escola Plural* nasce com a proposta do ICEAFRO de divulgar nossas tecnologias de enfrentamento do racismo pela educação, como propõe a Lei 10.639/03. Esta Lei tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares da rede de ensino do Brasil, bem como nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. A ideia foi contribuir para o enfrentamento ao racismo, o combate das desigualdades raciais e as iniquidades, mostrando como nossa experiência de formação pode ser movimentada, sendo útil em outros espaços e tempos. O livro tem 25 anos e, para nossa tristeza, se mantém atual, uma vez que avançamos pouco ainda nos nossos ideais de uma escola plural, inclusiva, mantenedora de relações igualitárias, promotora da justiça racial e étnica e que garanta o direito à educação de qualidade para todas e todos.

O livro é um projeto coletivo, como tudo que fazemos. As autoras são todas as formadoras do Projeto. Nós compartilhamos, generosamente, nossas experiências de formação. Eu tive a honra de contribuir como coordenadora pedagógica. Foi o coletivo que assegurou esta formação muito única, e especial, diferente de tudo que se fazia na época. Porque, quando a gente começa, não se pronunciava, sequer, a palavra racismo; até para falar da palavra você precisava de um coletivo que amparasse e resguardasse, já que era pecado falar do racismo nos anos 1990, inclusive dentro de uma universidade como a UFBA, uma universidade federal, logo elitista, a mais elitista da Bahia. Então, não é que a gente escolheu fazer coletivamente esta ação revolucionária; ela só podia ser feita assim.

L&F - Professora Nazaré, poderia discorrer sobre seu posicionamento em relação aos estudos de linguagem, na linguística aplicada, questões que têm sido bastante difundidas na Bahia, na UFBA, mas em especial na UNEB no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural?

MNML– Aqui na Bahia, seja na UNEB, seja na UFBA, temos atuado a partir de uma Linguística Aplicada implicada com questões de raça/gênero/sexualidades, a qual pensa linguagens na interface com as diversas desigualdades e numa perspectiva interseccional. Porque a linguística aplicada, historicamente, se caracterizava como uma área mais amorfa, mais apolítica, sem política, sem raça, sem identidade. A linguística aplicada lhe instrumentalizava para aplicar uma teoria na educação. Há outras aplicações, mas na educação era basicamente voltada para o treinar as formas verbais, as frases da língua inglesa, por exemplo. A crença era de que quanto mais o estudante reproduz, mais ele aprende uma língua. Quanto mais você repete, mais você aprende.

Contemporaneamente essa abordagem, pelo menos para nós, torna-se obsoleta, e o investimento consiste em discutir as questões identitárias como fundantes de uma ciência linguística comprometida com transformações no pensamento da população, para que todas as pessoas tenham seus direitos respeitados. Compreendemos isto como questão de linguagem. Influir nas narrativas que circulam dentro e fora da academia, saber quem são os sujeitos que falam ou deveriam falar, os significados do que dizem; seus modos de ser e estar no mundo como discurso e reflexo das relações de poder.

Eu cheguei a esse campo teórico através de América Lúcia Cesar, professora

já aposentada do Instituto de Letras - UFBA. Ocorreu uma troca de informações que gerou interesse de ambas as partes. As notícias de como Marilda Cavalcanti da Unicamp e seu grupo pensavam a questão indígena, étnica, e também as informações do que estávamos discutindo aqui na Bahia – em termos das questões raciais, desigualdades na educação – se encontram porque a gente se interessa por essa vertente em desenvolvimento lá e pesquisadoras de lá se interessam pelo que estávamos fazendo aqui, no CEAFFRO, como grupo transdisciplinar de pesquisa e intervenção, sobretudo na formação de jovens estudantes e de educadores/as da escola pública. Então é um trabalho que não nasce com uma preocupação acadêmica, nasce com a preocupação política, política educacional, digamos assim, aliando teoria e prática, não privilegiando um ou outro, mas conjugando e fazendo reverberar uma na outra, como Paulo Freire nos ensinou.

Minha própria formação tem essa via migrante entre linguagem e educação. Venho de uma trajetória pluri, porque minha graduação é em Letras, mas fiz Mestrado em Educação, Doutorado em Letras e Linguística, pós-doutorado em Literatura. Minha escola também é o ICEAFFRO e, dentro dele, encontram-se todas as áreas do conhecimento pensando uma educação antirracista. Assim, a Linguística Aplicada na educação, quando a gente conhece, é muito por aí.

Antes de trabalhar com a linguística aplicada, eu sempre trabalhei com análise de discurso, que já era uma abordagem numa perspectiva também politizada, ideológica. Era interessante pensar a língua e as relações que ela estabelece com os sujeitos, a sociedade, com base no materialismo histórico, aquelas bases do marxismo. Então, uma Linguística Aplicada qualquer não vale pra nós, né? A gente sempre tem que demarcar também que Linguística Aplicada é essa a que estamos nos referindo. A nomenclatura vai falar que o que fazemos é uma Linguística Aplicada crítica ou indisciplinar, transdisciplinar ou transgressiva. O nome importa pouco, mas trata-se de uma Linguística Aplicada que sai da “caixinha”, que concebe a linguagem nessa relação com as desigualdades, no intuito de renarrar a cena social a partir de outras bases que neguem as referências eurocêntricas, patriarcais, cis-heteronormativas, considerando, para tal, que a língua discrimina. É por meio da língua e das linguagens, pela língua e pelas linguagens – verbais e extra-verbais – que as desigualdades se materializam.

Lidar com textos escritos por pessoas que vivenciam mais as oralidades torna-se um desafio, porque elas têm que preservar a linguagem, o modo de dizer dessas pessoas e grupos, não dá para apagar os modos de dizer dos que vivem nas

aldeias, favelas, quilombos, por exemplo, lideranças, muitas vezes nesses espaços, mas também não podemos manter o que causa estereótipo, dá margem à inferiorização, estereotipia, gozação. Afinal, ninguém é obrigado a seguir normas e padrões de uma variedade prestigiada, distante, mas o modo de dizer que é praticado em seu território é importante e precisa ser disseminado, porque é tão legítimo quanto qualquer outro dizer.

L&F – Ainda pensando na área de educação e linguagens, há um livro publicado seu pela editora da UNEB (Universidade do Estado da Bahia) – EDUNEB: *Relações étnico-raciais na escola: o papel das linguagens, é isso?*

MNML – Sim. O livro em que publiquei uma parte de minha tese. Ele busca mostrar alguns aspectos de uma formação de professoras realizada pelo CEAFFRO na rede municipal de ensino de Salvador. Também traz para a cena reflexões geradas em processos formativos na pós-graduação em Letras, no caso no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica) da UNEB, com o mesmo propósito de neutralizar desigualdades raciais e promover direitos de pessoas negras.

Esse trabalho, para mim que sou de letras e para outras mulheres [de letras ou não], que também lá estiveram e colaboraram, decorre da consciência do papel que a linguagem representa na difusão e perpetuação do racismo e também na sua extinção e no enfrentamento. Foi escrito quinze anos depois do *Escola Plural*, trazendo suas bases na Linguística Aplicada Indisciplinar, em conexão com a Educação Antirracista, a partir de conversas com colegas professoras e outros profissionais de educação, no sentido de rememorarem suas práticas e resignificá-las visando a uma atuação mais condizente com um projeto de sociedade em que todos sejamos legitimados como parte de uma nação multirracial e pluri-étnica.

O livro sintetiza essas experiências numa perspectiva que associa linguagem, educação e transformação social. Essa educação contra o racismo tem muitas pernas, muitos tentáculos. No programa, nós tentamos nos organizar para quebrar esses tentáculos, quebrar esse modo de atuação do racismo dentro da educação, discutindo aspectos do discurso e poder, analisando como a escola veicula conteúdos e modos de pensar que reforçam desigualdades e inferiorizações de determinados grupos e como se pode desfazer essa lógica com aportes teórico-metodológicos interseccionais e transdisciplinares. São as nossas

epistemologias negras e os etnométodos que fundamentam essa atuação contra o racismo institucional e epistêmico.

Trata-se de um livro pensado com a intenção de dialogar com as educadoras, fazer uma conversa horizontal, não de negação do que elas já desenvolvem em suas unidades escolares, não culpabilizando as professoras pelo racismo; pois o racismo, sendo institucional, não vem dela, da professora. Ela é vítima também, reproduz, repercute... É um agente. Mas o racismo não nasce nem termina na pessoa da professora. Isso foi algo que a gente sempre quis deixar evidenciado.

A publicação sobre relações étnico-raciais na escola revela que nosso investimento foi no sentido de ela entender a escola como agência do racismo e também como uma possível agência contra o racismo, e a educadora é pessoa fundamental nessa desconstrução do racismo. Fazer entender que a professora não deveria, não poderia, não era bom para ela ser reprodutora, porta-voz de algo dessa natureza, consciente ou inconscientemente. Era preciso entender que nosso papel na sociedade é um papel muito mais nobre que reproduzir racismo na escola, mas combater, enfrentar esse racismo para que ele não passasse por nós, logo as professoras, para nós, eram aliadas no combate ao racismo. Em cada escola, você tinha vários aliados, pessoas que poderiam trabalhar, fazer o trabalho que o CEAFFRO vinha fazendo com cada jovem.

No processo, as professoras que trabalhavam também com jovens, nós as consideramos protagonistas importantes no combate ao racismo. E o livro traz isso, como fazer, como trabalhar, o que fazer, o que é a educação das relações étnico-raciais, como é que o discurso se apresenta como mecanismo de luta. A linguagem, o racismo como um discurso, e um discurso de poder existente na sociedade. Discutimos as relações de poder, como é que ele atua, mostramos como a lei 10.639/03 estava aí, como trabalhar com ela. Esses são alguns aspectos que se pode ver no livro.

L&F - O caminho que a senhora trilhou é incrível e certamente serve de inspiração para muitas pessoas. Pelo Brasil afora, em especial na Bahia, a senhora é considerada como referência. Em sua trajetória, qual experiência relacionada a questões raciais destacaria como marcante em sua vida intelectual e acadêmica?

MNML – Todas essas vivências no CEAFFRO, no Conexões de Saberes são muito importantes, marcaram a minha trajetória intelectual orgânica. Eu nunca fui uma intelectual alheia às questões de sofrimento do meu povo, no caso sofrimento racial, de gênero, de sexualidade. Atuei na educação negra, na educação indígena, com o povo em situação de rua, com quilombolas, com pessoas com deficiência, com surdos, especialmente com educação da roça. Sempre estive nesse lugar, que é um lugar de poder, sim, mas um poder transversal. Hoje, eu sou reconhecida como uma pessoa que não se omitiu diante das questões cruciais da sociedade, de exclusão, do preconceito, dos capacitismos, da discriminação, do racismo, enfim.

Sempre atuei respeitando, celebrando a diversidade e lutando contra a discriminação, contra o racismo, contra todas essas formas de opressão. E isso nos orgulha muito. Eu acho que não destacaria uma questão especial, todas são igualmente importantes. Todas elas são exemplares, me ajudaram no meu crescimento intelectual, no meu crescimento profissional, no meu crescimento político. E acho que todas as pessoas que queiram, possam seguir essa via de combate à discriminação, ao racismo. Elas também são beneficiadas e devem fazer isso porque temos que ter coragem para não ficar do lado de quem tem mais poder aquisitivo ou quem tem privilégio racial, mas ficar do lado das minorias, dos socialmente minorizados. Sou minoria, me coloco ao lado das minorias e sou uma agente de transformação, como Paulo Freire nos ensinou, Abdias, bell hooks, Lélia Gonzalez, Luísa Bairros, Vilma Reis, Nêgo Bispo, tantas mulheres e homens, cujo pensamento me impulsiona para continuar essa luta que é nossa. É uma luta nossa. Nos interessa fazer essa mudança na sociedade para que não perca a injustiça racial, a injustiça de gênero e de outras questões também que nos acometem.

L&F - Qual o recado a senhora gostaria de deixar aqui para as novas gerações de jovens negras e negros que estão entrando agora no nível superior, sendo cotista ou não?

MNML – Estas gerações que estão aí são toda a nossa esperança de continuidade. Elas receberam desses militantes que citei há pouco um modo de fazer que teve efeitos, deu resultados. São fontes de sabedoria, trilharam o caminho das pedras. É preciso, então, ler o que escreveram. Se eles estiverem vivos, os procurem para

conversar. Conversem também com os militantes que vieram primeiro, porque não se precisa inventar nenhuma roda. Eu acho que a juventude tem muito potencial, garra e encontrou o trabalho mais amaciado, digamos assim, porque, quando nós começamos a discutir a questão racial na escola, com as secretarias de educação dos municípios ou nas universidades, a palavra racismo era um palavrão.

Eu, particularmente, tinha dificuldade de pronunciar essa palavra. Era uma palavra pesada, a gente não escutava muito. Só no meio da militância que se falava da palavra racismo. O Brasil silenciava. O racismo cordial é isso, é um racismo velado, silenciado, camuflado. Então, nós fizemos esse quebrar de pedras, trilhamos esses caminhos mais espinhosos para fazer a sociedade entender que o racismo existe, que ele ceifa vidas, que ele é genocida e que ele dificulta, obstaculiza a vida de pessoas por uma questão de pele, de fenótipo, de cultura e de descendência.

Nós fizemos esse trabalho e esperamos que as novas gerações deem continuidade. Está mais um pouco fácil agora lutar contra o racismo, mas ainda é muito difícil. E é preciso beber nas fontes de sabedoria e de experiência dos que podem ajudar a lidar com as dificuldades, com os obstáculos, com as negações que vão acontecer. E agradecer por esse diálogo intergeracional que nos mantém com vida, nos ajuda a continuar. Nós, mais velhos, temos um papel e os mais jovens também têm o seu papel. Juntos derrubamos esse monstro erguido na nossa sociedade há mais de 400 anos.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

INSTITUTO CEAFFRO (ICEAFRO). Institucional. Disponível em: <https://iceafro.org.br/institucional/>. Acesso em: 12 mar. 2025.

LIMA, Maria Nazaré Mota de (org.). **Escola plural**: a diversidade está na sala: formação de professores/as em história e cultura afro-brasileira e africana. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF,

2012. ISBN: 978-85-249-1978-7.

LIMA, Maria Nazaré Mota de. **Relações étnico-raciais na escola**: o papel das linguagens. 1. ed. Salvador: Eduneb, 2015. ISBN 978-85-7887-299-1.

Sobre as entrevistadoras

Ana Lúcia Silva Souza - Doutora em Linguística Aplicada. Professora do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Salvador-BA. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional ProfLetras – UFBA. E-mail: anasilva-souza@uol.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0577339880511953>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-2459-2042>.

Kassandra da Silva Muniz - Doutora em Linguística. Professora do Departamento de Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRP); Recife -PE. E-mail: kassymuniz@gmail.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2766912329416918>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0003-4844-9395>